

CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: um exemplo de exclusão

José Antonio Sepulveda¹
Denize Sepulveda²

RESUMO

Este texto é fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Estudos Conservadorismo e Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFF, que procura entender a retórica argumentativa do pensamento conservador, principalmente o caráter relativamente fixo de seus pressupostos. Esses seguem padrões invariantes de argumentações teóricas. Assim, tal pensamento influencia os discursos, as posições, as práticas conservadoras na sociedade e no interior de muitas instituições escolares. A partir de uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública da Rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), foi percebido que o pensamento conservador é um dos elementos que orienta o discurso e as práticas machistas e chauvinistas de um professor em relação a uma estudante com orientação homossexual. Partindo das observações, entrevistas e narrativas colhidas na escola, foram identificados os mecanismos de difusão e adesão utilizados pelo conservadorismo político nessa escola. A partir do depoimento de uma estudante e de um professor, entendemos que a aluna sofreu processos de exclusão que se materializaram em práticas homofóbicas que deram e dão legitimidade às desigualdades sociais, reproduzindo o medo através do uso de argumentos que possuem raízes profundas na tradição brasileira.

Palavras-chave: Conservadorismo. Exclusão. Práticas homofóbicas.

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Professor Adjunto da Faculdade de Educação na Universidade Federal Fluminense, Departamento de Fundamentos Pedagógicos. Doutor em Educação pela UFRJ. Líder do Diretório do Grupo de Estudos e Pesquisa: Conservadorismo e Educação Brasileira da UFF. E-mail: jamsepulveda3@hotmail.com

² Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Pós-Doutora em Educação no PROPED/UERJ. Doutora em Educação no PROPED/UERJ. Vice-Líder do Diretório de Pesquisa Diálogos Escolas-Universidade: Processos Formativos, Currículos e Cotidianos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Gênero, Sexualidades e Diversidades nos Vários Espaços/Tempos Cotidianos" da FFP/UERJ. Vice-Líder do Diretório do Grupo de Estudos e Pesquisa: Conservadorismo e Educação Brasileira da UFF. E-mail: denizesepulveda@hotmail.com

ABSTRACT

This text is the result of the work developed by the Research and Studies Group Conservadorism and Brazilian Education, of the Faculty of Education/UFF, which seeks to understand the argumentative rhetoric of conservative thinking, especially the relatively fixed nature of its assumptions. These follow invariant patterns of theoretical arguments. Thus, such thinking influences the discourses, positions, and conservative practices in society and within many school institutions. From a field research carried out in a public school of the FAETEC Network (Foundation of Technical School Support), it was realized that conservative thinking is one of the elements that guides the discourse and the chauvinistic practices of a teacher in relation to a student with homosexual orientation. From the observations, interviews and narratives collected at the school the mechanisms of diffusion and adhesion used by political conservatism in this school were identified. From the testimony of a student and a teacher, we understand that the student suffered exclusionary processes that materialized in homophobic practices that gave and legitimize social inequalities, reproducing fear through the use of arguments that have deep roots in the Brazilian tradition.

Keywords: Conservatism. Exclusion. Homophobic practices.

1 Introdução

Atualmente, vivenciamos um recrudescimento do discurso conservador na sociedade brasileira, o qual vem penetrando com força nas instituições escolares e ganhando amparo nos valores conservadores de algunxs³ professorxs, que, por vezes, manifestam esse olhar a partir da reprodução de práticas homofóbicas⁴ no interior das escolas públicas, o que evidencia a importância de se aprofundar o debate acerca do significado de conservadorismo no interior das

³ O uso do "X" nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deve usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em Português. O uso do "X" é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática.

⁴ Homofobia é um termo usado para designar uma forma de preconceito e aversão à homossexualidade. Assim, como na lesbofobia apresenta-se como uma série de atitudes conservadoras e sentimentos negativos (aversão, desprezo, ódio ou medo) para com os homossexuais gays. Esses sentimentos têm gerado práticas de discriminação e perseguição, assim como crimes, entre eles homicídios.

escolas. Dessa forma, a base de argumentação deste texto gira em torno das discussões do pensamento conservador, de sua relação com as práticas homofóbicas movidas pelos valores de alguns educadores. Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é demonstrar como o pensamento conservador se desenvolve na sociedade a partir do discurso produzido e sua implicação enquanto práticas homofóbicas no interior de uma escola pública.

A homofobia na escola é um agente de exclusão social com impactos graves na formação das identidades de todos os estudantes. Entendemos ser fundamental dar exemplos de como o conservadorismo enquanto discurso e política atua dentro das escolas. Para isso, estamos há anos visitando escolas públicas para coletar dados que demonstrem a importância de um debate mais aprofundado sobre o tema. Com esse propósito foram feitas entrevistas na Escola Estadual de Ensino Fundamental República, integrante da Fundação de Apoio à Escola Técnica, ligada a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Este trabalho está dividido em duas partes: uma que discute o conceito de conservadorismo e o relaciona com a sociedade brasileira contemporânea, e outra que relaciona o conservadorismo com as práticas homofóbicas desenvolvidas nas escolas.

2 O conservadorismo

Para iniciar este texto é fundamental discutirmos o conceito de conservadorismo, pois esse é carregado de sentidos, o que dificulta bastante a sua compreensão. Segundo Bonazzi (2000), é mais fácil entender o conceito de conservador pela

variedade de significados atribuídos ao adjetivo do que entender o substantivo conservadorismo pela dificuldade de determinar a sua natureza e os seus fins. O problema é a impossibilidade de se verificar a existência de uma teoria política comum que defina os conservadores, e também, a dificuldade dos conservadores em sistematizar suas próprias ideias. Com isso, a polissemia da palavra entra no cotidiano de forma variada, ganhando vida e sendo apropriado, muitas vezes, como uma forma de xingamento.

É fundamental destacarmos também o problema do uso do seu termo associado ao comportamento humano. Assim, uma pessoa pode ser politicamente inovadora e ter condutas conservadoras com relação à família, ou até mesmo em relação a práticas sexuais. A primeira conclusão que podemos chegar com relação ao tema é que ele é entorpecido por uma carga emotiva muito grande, já que se relaciona também a questões comportamentais.

Se, pois, a Ciência Política realça no Conservadorismo o caráter universal, fazendo dele uma constante necessária da política, perde de vista a especificidade do termo. Trata-se, com efeito, de um resultado intencional, porquanto é preocupação comum aos psicólogos, sociólogos e politólogos evitar a forte carga emotiva a ele ligada, onde se vê, não sem razão, a causa primeira de sua ambiguidade, se não verdadeiramente o elemento que, reunindo os vários significados com que o termo é usado, lhe dá uma vida unitária fictícia. (BONAZZI, 2000, p. 242-243).

Dessa forma, tal carga emotiva justifica a polaridade de argumentos que vivenciamos na sociedade contemporânea. Essa polaridade se apresenta no uso comum do termo conservadorismo associado com outro termo também ambíguo que é, teoricamente o seu antônimo, “progressismo”. Esse termo, inicialmente, significa uma atitude otimista quanto às possibilidades de desenvolvimento humano. Assim, no senso comum, conservadorismo se apresenta como a

negação de tais possibilidades. Essa forma de compreensão reduz as práticas conservadoras à existência de práticas progressistas. Ou seja, só seria possível entender o conservadorismo a partir das práticas opostas, dando assim, um caráter reativo ao termo em destaque.

A tese acima induz uma interpretação de que o conservadorismo é sempre reativo, e isso nos parece frágil. Não acreditamos ser possível entender o conservadorismo como uma simples reação. Muito menos que não produza conhecimento e nem agentes políticos. Há séculos existem no campo político os partidos conservadores, com propostas e agendas políticas bem desenvolvidas. E esses são proativos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico e tecnológico. Hirschman (1992) afirma que a nossa linguagem moderna está sob a influência da crença no progresso: “ela implica que o mero desenrolar do tempo traz consigo o melhoramento dos homens, de modo que qualquer volta atrás seria calamitosa” (p.17). Na nossa perspectiva, a denúncia feita por esse autor é correta. O fato de existir mudanças sociais com argumento de progressista não necessariamente é positiva para a humanidade, um exemplo disso são as propostas de reformas trabalhistas e previdenciárias que assolam o mundo hoje. Com certeza elas significam perdas para os trabalhadores. No entanto, reagir a isso não é uma atitude calamitosa, ou seja, o dito “progresso” nem sempre é positivo.

Com efeito, só é possível entender o conservadorismo dentro do campo de debate da política. Assim, deixamos de lado a discussão do comportamento humano, e nos colocamos no lugar onde é plausível visualizar melhor o conservadorismo. Segundo Hirschmam (1992), é admissível identificar uma retórica do conservadorismo político, uma vez que essa se apresenta como enfrentamento a qualquer mudança no ordenamento político que possa, de alguma forma, transformar as relações de poder em uma sociedade. Nesse

sentido, o Conservadorismo Político é inaugurado por Edmund Burke e sua crítica à Revolução Francesa. A questão mais preocupante para o autor era a modificação nas relações sociais, principalmente a ascensão de novas classes sociais ao poder.

A partir da constatação acima, Hirschmam (1992) passa a identificar três teses recorrentes da retórica conservadora: tese da perversidade, tese da futilidade e tese da ameaça.

De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social, ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão 'deixar uma marca'. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior. (p. 15).

Acreditamos que a análise do Hirschmam (1992) não contempla a complexidade polissêmica do termo ao reduzir a retórica conservadora a três teses. Entretanto, concordamos que essas teses são plausíveis, bem como acreditamos que tais argumentos não são invocados somente por conservadorxs, qualquer grupo pode e faz uso deles, principalmente quando os partidos conservadores estão no poder. O problema é o momento e os objetivos pelos quais as teses são utilizadas. Quando são empregadas para evitar qualquer transformação na ordem social ou melhorias reais para as classes trabalhadoras, ou para qualquer grupo minoritário, temos uma retórica conservadora. Vale destacar que quando o conservadorismo do campo político tem que discutir qualquer assunto de natureza moral ou comportamental, ele tende a defender os valores tradicionais. Assim, para facilitar a análise, quando do debate desses assuntos no campo

político, xs conservadorxs estão sempre contrários às minorias. Temas como direitos sexuais e reprodutivos, e descriminalização das drogas, estão sempre na mira dos discursos e da retórica dxs conservadorxs.

Nesse sentido, é importante destacar o pensamento de Foucault (2006) no que diz respeito às maneiras como o discurso se origina. Segundo o autor, o discurso vive por meio de si mesmo, tem autonomia e normas próprias. O discurso compõe o mundo e os sujeitos, colocando-nos em regimes discursivos que nos moldam a uma maneira de compreender, narrar e pensar enquanto sujeitos no mundo. Por isso, xs conservadorxs quando interrogam os termos, mas, sobretudo, quando pensam os discursos sobre sexualidade, gênero, descriminalização das drogas e dos direitos reprodutivos que circulam socialmente, os compreendem como dispositivos que levam à produção de *regimes de verdade* (FOUCAULT, 2006).

O discurso não está situado fora dos dispositivos e práticas nos quais ele se corporifica e se produz, somos sujeitos constituídos pelo discurso, pelas normas e regras que se formam e pelas ferramentas que ele nos proporciona para a composição de nossa maneira de pensar e de agir no mundo, com o outro e conosco. Sendo assim, os discursos dxs conservadorxs estão regidos por certas normas e valores que os levam a pensar o mundo sobre uma determinada ótica e influenciam em suas práticas. Foucault (2006) diz que o dispositivo determina a lógica do jogo que pode haver entre os elementos que possuem os discursos científicos, filosóficos, morais, políticos, institucionais e as leis para suplantar a dualidade entre as formações discursivas que representam o saber, e não discursivas, que representam o poder. Os dispositivos são processos especiais e não possuem ordenações estáveis.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1979, p. 246).

Um dispositivo de verdade seria uma estratégia para compreender os jogos do poder que produzem as verdades e o falso, ou seja, é uma maneira de problematizar a produção do verdadeiro e do falso pelo Estado e presente na sociedade. Foucault (1996) explica que a verdade está sempre ligada a sistemas de poder que a produzem, e a resultados de poder que ela induz e que a reproduz. Dessa forma, os discursos conservadores podem ser vistos funcionando como regimes de verdade e se baseiam em um sistema de exclusão, pois nem todos possuem o direito ou a possibilidade de dizer tudo, assim como nem todos são reconhecidos em seus discursos, ou seja, para os conservadores só o seu discurso está autorizado, assim como sua forma de pensar é a correta, excluindo os demais discursos e pensamentos que são produzidos na arena social. Para tanto, algumas instâncias, técnicas e procedimentos passam a ser valorizados no alcance da verdade, assim como o *status* daqueles que estão autorizados a dizer o que é considerado como verdadeiro.

Portanto, o racismo, o sexismo, entre outros, são produções de verdade construídas pelo poder instituído e compartilhado pelo pensamento conservador. Para analisá-los, Foucault trabalha a partir do uso do dispositivo de verdade e do regime de verdade. Para tentarmos evidenciar as diversas formas de repressão presentes no discurso conservador, vamos novamente a Foucault (1996), pois o autor nos esclarece que existem diversas maneiras de controle do discurso, uma delas é a interdição que pode ser entendida como um recurso que limita a sua enunciação. Dessa forma, entende-se que há na interdição, um

aparato de controle que impede que qualquer pessoa, em qualquer lugar ou circunstância, possa dizer tudo sobre determinado assunto.

Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado alguns dos seus mais terríveis poderes". Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. (FOUCAULT, 1996, p. 9 -10).

A partir do pensamento do referido autor podemos analisar que para os conservadores, o discurso e o pensamento político deles é o que conta, é o que é considerado como verdadeiro. Vale reforçar aqui que o próprio discurso é elemento de disputa. E o conservadorismo é um discurso, carregado de senso comum, o que o torna extremamente sedutor. Como bem analisa Mannheim (1959), o conservadorismo nasce do tradicionalismo, portanto, tem um forte significado social e identitário, tornando mais fácil para uma parcela da população se identificar com esse discurso. Nesse sentido, é bom destacar que os dispositivos de verdade não são exclusivos do pensamento conservador. Muitos grupos sociais, movimentos sociais transformadores quando se radicalizam fazem uso de dispositivos de verdade, construindo fortes regimes de verdade, que atuam socialmente de forma excludente. O que torna a identificação do conservadorismo mais difícil.

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 1996, p. 14).

Se para xs conservadorxs o que conta como verdadeiro é o seu discurso e o seu pensamento político, excluindo os demais discursos e pensamentos que diferem do seu, torna-se necessário também neste trabalho tentar compreender como se forma o estilo do pensamento conservador. Segundo Mannheim (1959, p. 79) “o pensamento humano também se desenvolve em ‘estilos’ e há diferentes escolas de pensamento distinguíveis pelos diferentes modos como utilizam diferentes padrões e categorias de pensamento”. Há importância em se compreender como se forma o estilo do pensamento conservador, pois herdamos a crença filosófica de que o pensamento não se desenvolve como uma parte, como uma parcela do processo histórico, mas que se enraíza na sociedade como natureza de ente absoluto, ou que, de acordo como os historiadores literários, o pensamento humano é fruto da personalidade do indivíduo.

A primeira escola faz com que a história do pensamento pareça artificialmente homogênea e indiscriminada, enquanto a última a atomiza. É devido a essa falta de interesse no nível intermediário que nossas ferramentas para distinguir estilos de pensamento não estão desenvolvidas. Nós não notamos diferenças vitais entre estilos de pensamento porque não acreditamos em sua existência. Se nós nos esforçássemos em perceber as inúmeras e leves mudanças no desenvolvimento do modo de pensar de um grupo através de sua história, a homogeneidade artificialmente imposta ou a atomização indiscriminada daria lugar a uma diferenciação mais apropriada. (MANNHEIM, 1959, p. 80).

Assim, é necessário compreender que os estilos de pensamentos estão relacionados às diferentes classes sociais existentes, como as mudanças em um estilo de pensamento também estão arroladas às alterações sociais que essas classes vivenciam.

Essa relação entre um estilo de pensamento e seu portador social não é uma relação simples. Pode ser verdade que ultimamente grandes mudanças na estratificação de classes da sociedade são responsáveis pelas amplas mudanças nos estilos de pensamento; mas, quando se chega a mudanças mais detalhadas, essa hipótese geral precisa ser modificada. A principal indicação de que há alguma ligação entre a existência e o destino de grupos sociais, por um lado, e certos estilos de pensamento, por outro lado, é que ao súbito colapso de um estilo de pensamento geralmente corresponderá o súbito colapso do grupo que o sustentava; de forma semelhante, ao amálgama dos grupos. Mas há razões para se pensar que essa ligação entre estilos de pensamento e seus portadores não existe somente nos momentos críticos da história, nos momentos de grandes crises sociais. O destino dos grupos está refletido aparentemente mesmo nas menores mudanças de desenvolvimento de um estilo de pensamento. (MANNHEIM, 1959, p. 81).

As diferenças sociais se refletem em variados estilos e correntes de pensamento, assim como no clima mental de uma época. O pensamento, assim como a maneira de experimentar emocionalmente as coisas, varia de acordo com o contexto histórico e com a posição social dos sujeitos. Dessa forma, o desenvolvimento do pensamento dos conservadores está relacionado ao seu tempo histórico, ao seu grupo social ou a posição que ocupam na sociedade, e influenciará em suas práticas políticas. Portanto, não temos como saber previamente quais as ações políticas concretas que serão desenvolvidas pelos conservadores, ou quais serão as reações perante uma inovação social. Só podemos saber como se dará essa prática de forma aproximada, se soubermos bastante sobre o movimento conservador naquele período e no país em questão.

Não estamos preocupados aqui em enumerar todos os diferentes fatores que contribuem para a produção de um tipo particular de conservadorismo num país em particular, num período determinado. No entanto, é claro que a ação ao longo de linhas conservadoras (em qualquer caso da esfera política) envolve mais do que respostas automáticas de um certo tipo; significa que o indivíduo é guiado conscientemente ou inconscientemente por uma forma de pensamento e ação que tem sua própria história atrás de si, anterior ao contato com o indivíduo. Esse contato com o indivíduo pode, em determinadas circunstâncias, mudar em certa medida o desenvolvimento desse modo de pensamento e de ação, mas, mesmo quando o indivíduo particular não estiver mais participando dele, terá sua própria história e desenvolvimento à parte do indivíduo. O conservadorismo político é, portanto, uma estrutura mental objetiva, em oposição à “subjetividade” do indivíduo isolado. Não é objetiva no sentido de ser eterna e universalmente válida. Nenhuma duração a priori pode ser feita dos “princípios” do conservadorismo. Nem ele existe independentemente dos indivíduos que o realizam na prática e que o incorporam em suas ações. Não é um princípio imanente com leis de desenvolvimento determinadas que os indivíduos membros do movimento apenas desenvolvem – provavelmente de forma inconsciente – sem adicionar nada de si próprios. Resumindo, o conservadorismo não é uma entidade objetiva no sentido platônico correto ou incorreto da pré-existência (sic) das ideias. Mas, comparado com a experiência *hic et nunc* do indivíduo particular, ele tem uma certa objetividade bastante definida. (MANNHEIM, 1959, p. 103).

Como já foi mencionado acima, isso não quer dizer que não exista uma agenda conservadora. Todavia, tal agenda só é possível de ser entendida a partir da compreensão histórica do discurso conservador. Assim, os estudos que analisam os diferentes estilos de pensamentos. em especial o estilo do pensamento conservador, devem começar pela consideração de que a Revolução Francesa atuou como catalizadora tanto em relação à ação política quanto em relação a diferentes estilos de pensamento. Uma vez entendido que o conservadorismo político contemporâneo se originou a partir da crítica ao Iluminismo e à Revolução Francesa, entendemos que os marcos classificatórios do conservadorismo estão nas propostas de transformação social que aumentam a participação e os direitos das camadas mais pobres da sociedade. Dessa forma, o conservadorismo político é contrarrevolucionário e

antidemocrático. Hirschman (1992) citando Marshal (1949), aponta três momentos em que o discurso conservador esteve mais ativo: na luta contra os direitos civis defendidos pela Revolução Francesa, depois na luta contra os direitos políticos, em especial no século XIX, com a luta pelo sufrágio universal, e, por fim, na luta contra o Estado Social, o *welfarestate*, no embate às políticas sociais e de assistência. Sendo assim, ele não define o que é o conservadorismo, ele simplesmente identifica a retórica conservadora, ou seja, nossa questão inicial continua.

Em nossa análise, conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo e das relações de poder. Conhecemos o conservadorismo a partir dos discursos e das práticas das pessoas. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como uma categoria estática, tanto sociológica quanto antropologicamente. A história é marcada por disputas, em especial por aquilo que se vinculou chamar de “luta de classes”. O conservadorismo é um elemento ideológico que constrói senso comum. Portanto, não é exclusivo de nenhuma classe social. Na disputa por poder que ocorre no campo da cultura, o conservadorismo é um importante elemento na construção dos interesses de classe e na própria consciência de classe. Em tal processo, não estão em disputa somente as condições materiais de sobrevivência, estão também as condições simbólicas, compostas por diversas argumentações de diferentes naturezas, o que torna o processo de conscientização mais lento.

Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo

teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos, assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção. (THOMPSON, 2012, p. 274).

Ao afirmarmos que classe e consciência de classe estão sempre na última fase de um processo real, não pensamos que essa afirmação seja aceita ao pé da letra e de maneira automática. Uma vez que se tem uma consciência de classe desenvolvida, os jovens podem ser “socializados” em um sentido classista, e as instituições de classe delongam as qualidades para sua constituição. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismos de classe que não obedeçam mais a um antagonismo de interesses. Mas, mesmo assim, essas questões fazem parte da complexidade que normalmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente a contemporânea. É importante ter em mente que não podemos falar de classes sem que os sujeitos, diante de outros grupos, por meio de procedimentos de lutas culturais, penetrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que transformem as relações de classe legadas, já existentes (THOMPSON, 2012).

A compreensão do Thompson em romper com a tradição marxista ortodoxa que coloca em oposição a base e a superestrutura, é fundamental para o argumento que defendemos neste trabalho. Não é possível entender o conservadorismo desvinculado dos interesses de classe, mas não é só isso. O conservadorismo é reproduzido como argumento de um discurso que ultrapassa as questões de classe, encontrando os temas abstratos de sobrevivência que estão em disputa no campo da cultura, em especial nas diferentes demandas dos grupos minoritários: mulheres, homossexuais, negrxs, etc. Isso não quer dizer que a luta de classes desapareça. Ela simplesmente se torna mais complexa com mais variantes ocorrendo em diferentes espaços sociais.

Essas disputas se dão em todos os campos sociais e são objeto de interesse especial para o campo da educação, já que as demandas dos diferentes grupos estão encontrando respaldo no campo político, exigindo uma política educacional adequada as suas conquistas. Um exemplo disso é a lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. Nesse caso, as disputas do campo político se materializaram de forma objetiva em uma lei, que apesar de não resolver o problema, uma vez que a maioria das escolas ainda não a cumpriu, cria condições objetivas de luta. Todavia, muitas demandas ainda estão em fase preliminares de disputa. Esse é o caso da comunidade LGBTIS (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes⁵), que recentemente vem sofrendo reveses dos conservadores políticos. Avanços e retrocessos ainda marcam a sua história. Entretanto, nesse contexto, muitxs jovens homossexuais ou aquelxs que apresentam um comportamento de gênero diferente a norma padrão, vêm sofrendo maus tratos

⁵ Definir as identidades de gênero, as sexualidades e os sexos a partir de algumas letras que formam uma sigla é uma tarefa complexa, pois está relacionada às mudanças sociais e as lutas políticas desenvolvidas ao longo do tempo. As nomenclaturas usadas nas siglas tentam acompanhar essas mudanças e lutas. Inicialmente, a sigla usada era a **GLS** para designar gays, lésbicas e simpatizantes. Contudo, essa sigla deixava de fora outras formas de sexualidade e identidade de gênero. Sendo assim, a sigla **LGBT** passou a ser usada, pois incorporava também bissexuais, travestis e transexuais e lésbicas, utilizando a letra L na inicial para marcar a desigualdade de gênero que também diferencia homossexuais femininos e masculinos. Atualmente, a sigla **LGBT** é a usada pelo movimento social brasileiro e por entidades governamentais. Alguns países usam a denominação **LGBTTTIS** para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e simpatizantes, todavia essa não é a denominação usual no Brasil. É importante mencionar que se acredita que o **T** englobe as identidades de gênero começadas por essa letra. Internacionalmente, a sigla mais utilizada é **LGBTI**, que também engloba as pessoas intersexuais. Intersexual é a definição para designar uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino. Uma nomenclatura que vem ganhando força é **LGBTQ** ou **LGBTQI**, já que inclui além da orientação sexual e da diversidade de gênero a perspectiva teórica e política dos Estudos Queer. Existem algumas pessoas que se identificam como pansexuais, pois se sentem atraídas por pessoas de qualquer gênero e querem evitar o binarismo da palavra bissexual. Há também sujeitos assexuados, já que não se sentem atraídos sexualmente por nenhum sexo ou gênero. Dessa forma, as letras **P** e **A** também podem ser acrescentadas na sigla, contudo são menos usadas. Assim, utilizamos nesse artigo a sigla **LGBTIS**.

na escola. São vários os casos de gayfobia e lesbofobia ocorridos nas escolas brasileiras que vêm influenciando nas tessituras identitárias de todxs xs estudantes.

Nesse cenário, as práticas impetradas axs homossexuais estão fundamentadas no pensamento conservador político, o que conduz a um discurso hegemônico que preconiza a heterossexualidade como a norma metro-padrão do comportamento sexual. Isso fomenta diariamente a construção do preconceito contra essas pessoas, tornando-se, assim, um instrumento poderoso de manutenção das hierarquias sociais, morais e políticas.

Estamos chamando de discurso hegemônico aquele discurso capaz de criar formas e práticas de consentimento, de modo a transformar uma experiência particular (neste caso, a experiência heterossexual burguesa) em pretensamente universal, inferiorizando ou invisibilizando quaisquer outras possibilidades da experiência social. Barret (1996, p. 238) esclarece que “a melhor maneira de entender a hegemonia é como a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção”. As práticas sociais baseadas na heteronormatividade constituíram-se, ao longo da história ocidental, em processos capazes da construção de subordinação de outras práticas sexuais e sociais. O que significa não a exclusão das homossexualidades do cenário social, mas sim a sua subalternidade no interior dos processos hegemônicos. (PRADO; MACHADO, 2008. p. 13).

O pensamento e o discurso conservador político produzem as hierarquizações que levam as construções das inferiorizações e dos preconceitos e também estão presentes nos cotidianos de nossas escolas, levando muitxs alunxs com orientação homossexual a vivenciarem situações de subalternidade. Vale ressaltar também que é utilizado em grande escala o discurso conservador, principalmente a tese da ameaça apontada por Hirschman (1992). Na prática, o conservadorismo político trabalha com a tese de que as homossexualidades vão

destruir a família, disseminando o medo na sociedade, portanto a escola deve se defender de tal ameaça.

Com efeito, baseando-nos em Mayer (1987), não se pode negar a força da tradição manipulada pelo discurso conservador, a qual se estrutura em dispositivos de verdade que produzem o medo. O estilo de pensamento que se impõe enfatiza a perda daquilo que foi historicamente construído em regimes de verdade, como os modelos ideais, ditos naturais pelos conservadores políticos, de família, de sociedade (classista), trabalho e de estilo de vida baseado em uma moral judaico-cristã.

Por meio do discurso e do pensamento conservador os dispositivos de poder se inter-relacionam e se estabelecem no interior das instituições educacionais, evidenciando assim que as maneiras de produzir verdade se materializam em práticas políticas que interferem nos modos como se tecem a vida e a prática profissional. Assim, todxs os alunxs vão percebendo que existe uma conduta que é a considerada como a “normal”. As diferenças e as desigualdades são construídas nas relações de poder, e foi justamente no exercício delas que se teceram, ao longo da história, a visão de que homens e mulheres são diferentes. Todavia, podemos inferir que essa diferença foi arquitetada como inferioridade pelo pensamento e pelo discurso conservador, ou seja, foi produzida uma retórica conservadora da ordem social na qual as mulheres são seres naturalmente inferiores aos homens. A raiz da alegação social da diferenciação dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres parte justamente da questão da naturalização entre os dois sexos.

[...] a ordem (chamada “natural”) dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés da subordinação psicológica e cultural. O sexismo define-se, desde então, como a ideologia

organizadora das relações entre os sexos, no âmago, da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica. A dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária. O sexismo caracteriza-se por uma constante objetivação da mulher (BORRILLO, 2010, p. 30).

É para conseguir essa objetivação da mulher que alguns discursos da retórica conservadora são criados. A retórica conservadora é intransigente (HIRSCHMAN, 1992) e faz uso dos mais diferentes discursos, sendo um deles o religioso - extremamente poderoso e com efeitos variados. O discurso religioso é muito comum nas escolas brasileiras, historicamente organizada pelo campo religioso. Portanto, é nas escolas que o embate se torna bastante violento para as mulheres e para a comunidade LGBTIS.

Vale enfatizar que nossos alunos frequentam a escola durante pelo menos doze anos, entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ficam de quatro a quatro horas e meia por dia na instituição escolar durante nove meses e meio, perfazendo um total de duzentos dias letivos por ano. Durante todo esse tempo aprendem como devem se comportar a partir das hierarquizações e inferiorizações que vão sendo travadas nos cotidianos das escolas. A partir do discurso e de práticas conservadoras que são desenvolvidas em nossas instituições educacionais, a aprendizagem fica seriamente comprometida, pois ela reforça os elementos tradicionais da sociedade.

Passamos agora a demonstrar como o conservadorismo a partir dos dispositivos de verdade manipulam os valores tradicionais, produzindo um falso medo na sociedade. Assim, a partir de uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública da Rede FAETEC, foi percebido que o pensamento conservador é um dos elementos que orienta o discurso e as práticas de um professor em relação

a uma estudante com orientação homossexual. Percebemos que essas práticas também eram influenciadas pelos valores religiosos do professor. Passaremos a seguir à narrativa da história.

3 Práticas machistas e homofóbicas no interior de uma escola pública

Marina⁶ era aluna da Fundação de Apoio à Escola Técnica e foi autorizada por sua mãe a participar da entrevista que desenvolvemos na instituição. Assim que nos encontramos na sala que havia sido disponibilizada pela diretoria da escola para a realização das entrevistas, a jovem nos interpelou dizendo:

*Oi, eu queria te perguntar, eu queria saber sobre o meu nome? Ele vai sair na entrevista. Eu vi no papel que você enviou para a minha mãe que o nome da gente não vai sair, que o nome vai ser alterado, queria saber disso antes de começar a responder às suas perguntas?*⁷

Nós a tranquilizamos dizendo que o nome dela seria alterado e por isso estaria preservada. Em seguida, perguntamos se ela sabia o objetivo de nossa pesquisa, e a estudante disse que sim, pois tinha lido no documento que havíamos enviado para os responsáveis. Assim, iniciamos a entrevista e perguntamos quem eram as alunas e os alunos que sofriam preconceito e discriminação na escola. Ela nos respondeu:

⁶ É importante mencionar que o nome da estudante e do professor são fictícios.

⁷ Para distinguir as citações teóricas das narrativas, da aluna e do professor, essas foram colocadas em itálico.

Os alunos muito inteligentes, os alunos com óculos, os alunos com aparelhos, os gordinhos demais, o magro demais, o homossexual, as meninas homossexuais também.

Após essa resposta perguntamos à Marina: as meninas homossexuais também? A maioria de suas colegas e de seus colegas nos disseram que elas sofrem menos preconceito que os meninos com orientação homossexual, a maioria diz até que não existem meninas homossexuais na escola. A jovem respondeu:

Existem sim, eu mesma, acho que posso falar com você, sou homossexual. Eu não falo isso para todo mundo não, só algumas pessoas sabem aqui na escola, umas três colegas, a psicóloga da escola, a coordenadora e uma diretora, mais ninguém, nem meus pais. Eu não sei como vou falar com eles. As meninas homossexuais sofrem preconceito sim, mas a gente é mais discreta, sabe disfarçar melhor. Os meninos gays, muitas vezes, como são muito femininos, se (sic) expõem mais; não conseguem disfarçar tanto.

Em seguida, perguntamos: se vocês são mais discretas como é que sofrem preconceito aqui na escola? Marina respondeu:

Somos mais discretas, mas somos homossexuais e algumas pessoas que prestam mais atenção percebem. Duas das minhas colegas que sabem aqui na escola, eu não falei nada para elas, elas é que perceberam e me perguntaram. Teve um garoto que outro dia me zoou também, ele ficava me chamando de gostosa que queria me dar uns pegadas, toda hora ele falava essa besteira e aí eu mandei ele parar de ficar falando isso, aí ele me disse: você não gosta de ser chamada de gostosa, toda mulher gosta. Aí me disse que eu era estranha e esquisita, e que parecia que eu só gostava de elogio de mulher.

A narrativa da jovem evidencia que as diferenças de gênero e de sexualidade demonstram-se na maneira dela agir, em seu corpo e nas ações

práticas que ela materializa, o que a leva a ser marcada pelo discurso produzido por seu colega de escola que a distingue como uma mulher diferente. Logo após a resposta acima, questionamos à aluna: *você considera que a fala desse seu colega foi uma forma de preconceito e discriminação?* Imediatamente ela me respondeu:

Claro que sim. Primeiro, por que as meninas têm que ser chamadas de gostosas a toda hora? Eu não vejo as minhas amigas que gostam de meninos ficarem chamando os meninos de gostosos o tempo todo. Parece que os garotos quando nos veem só ficam pensando em sexo. Isso para mim é um tipo de discriminação, e porque não gosto de ser chamada dessa forma o cara ainda me chama de estranha e esquisita. Isso é discriminação sim, mas a maior discriminação que eu sofro é ter que esconder que sou homossexual.

É bastante interessante a análise de Marina, assim como sua indignação por ser chamada de estranha e esquisita, o que nos leva a recolher indícios (GINZBURG, 1989)⁸ em sua fala de que no interior da escola em que estuda, alguns jovens possuem uma visão conservadora, baseada em regimes de verdade, do gênero feminino, de como a mulher deve se comportar. Quem foge desse padrão se torna 'a diferente', 'a estranha', 'a esquisita', 'a excêntrica'.

Conforme registra o dicionário, excêntrico é aquele ou aquela que está fora do centro; é o extravagante, o esquisito; é também, (sic) o que tem um centro diferente, um outro centro. Jogar com acepções dicionarizadas das palavras pode se mostrar um exercício interessante: pode nos ajudar a pensar sobre as formas como se estabelecem as posições de sujeito no interior de uma cultura — e,

⁸ Para o desenvolvimento de nossas observações e para as realizações das entrevistas na escola, adotamos a noção de paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989). O autor nos remete à necessidade de se trabalhar sobre os indícios que a realidade apresenta. Ler pistas e sinais, tentar entender através desses alguns significados daquilo que não temos capacidade de compreender de outro modo, captar neles informações do real não acessíveis pelos meios tradicionais de pesquisa; é esse o fundamento do paradigma indiciário.

consequentemente, pode nos ajudar a pensar sobre as formas como a escola e o currículo realizam sua parte neste empreendimento. (LOURO, 2003, p. 44).

Neste momento é importante que façamos uma leitura sobre a palavra gênero, pois as respostas de Marina nos dão pistas de que ela era chamada de estranha e esquisita por apresentar um comportamento de gênero que se afastava da norma do comportamento feminino dominante. Segundo Costa (2016), na linguagem científica e do senso comum a palavra sexo é utilizada para mostrar as diferenças fisiológicas entre homens e mulheres. Pensando nisso, algumas estudiosas feministas passaram a utilizar o termo *gênero* como forma de designar o caráter cultural e social dessas significações.

(a palavra gênero) vem de um radical que significa 'produzir' (*generate/gerar*) e que deu origem a palavras que significam 'tipo' ou 'classe' (*genus*) em diversas línguas. Na gramática, o 'gênero' se tornou uma referência à distinção específica entre classes de substantivos 'que correspondem mais ou menos' – como o *Oxford English Dictionary* do século XIX primeiramente notou – 'a distinções de sexo (e ausência de sexo) nos objetos de que se trata. (CONNEL e PEARSE, 2015 apud COSTA, 2016, p. 15).

Como achamos bastante interessantes as análises da estudante para uma jovem de apenas 15 (quinze) anos, perguntamos a ela o motivo de esconder sua orientação sexual.

Eu escondo porque não quero ser zoada por ninguém, porque não quero que meus pais fiquem tristes. Eu sei que eles queriam que eu fosse como minhas outras irmãs que gostam de meninos. Aqui na escola as pessoas não sabem lidar com os homossexuais não. Não sei se já te contaram, mas tem um aluno chamado Bernardo aqui na escola que é homossexual assumido. Você tem que ver como as pessoas tratam ele, um monte de preconceito, xingam ele, zoam ele, os meninos excluem ele de tudo. E não são só os garotos que zoam ele não, algumas meninas também e muita professora também. Ano passado ele foi expulso de sala

de aula pela professora, ela chamou ele de macumbeiro, mas na verdade ela não gostava dele ser gay, ficava chamando ele de gay também, a sala de aula dele era do lado da minha e ela sempre gritava com ele, falando que ele tinha que ser como homem, que não podia parecer um gay. E não era só ela que discriminava ele não, a professora de inglês também mandava ele ser como homem, que não podia parecer uma mulherzinha. Depois de tanto preconceito você acha que eu vou assumir que sou homossexual? Eu vou esconder o quanto eu posso. Eu só contei para a psicóloga, para a coordenadora e para a diretora da escola porque elas me chamaram para uma reunião porque eu tinha faltado muito na escola, e estava muito triste, acho que algum professor reclamou com elas. E eu estava triste mesmo, pois tinha brigado com a minha namorada e elas até me ajudaram.

Nesse momento é importante que façamos uma leitura da narrativa de Marina; toda a fala da jovem sinaliza que os sujeitos formam as suas identidades a partir dos discursos produzidos, discursos esses que são feitos pelos outros e por nós mesmos, sejam sobre nós e sobre os outros, como bem analisou Foucault (1996). Esses discursos levam os indivíduos a tecerem aprendizagens de quem somos, do que os outros são, assim como dos contextos que estão a nossa volta, se os discursos produzidos estiverem baseados em uma retórica conservadora, muitos dxs alunxs poderão desenvolver um pensamento político conservador em relação a si mesmxx e ao outro, e a partir daí começarem a praticar a discriminação e o pré-conceito com relação as estudantes e aos estudantes homossexuais, o que irá interferir na tessitura das identidades de todxxs xs alunxs .

[...] resultado da construção histórica que vem se desenvolvendo desde o final do século XIX, as identidades são associadas ao que seria nossa “verdadeira identidade” (FOUCAULT, 1988). Assim sendo, colocar essas questões em foco significa pensar como cultura, escolas e sujeitos se articulam através das construções de gêneros e sexualidades, entendendo-os como campo de lutas, negociações, contestações e encontros, em que se produzem tanto os sentidos quanto os sujeitos que vão constituir diversos grupos sociais e suas singularidades (SILVA, 1999). (FERRARI, 2010, p. 253).

Após a fala da jovem, levantamos indícios de que ela construiu, a partir dos discursos proferidos, baseados em uma retórica conservadora, contra Bernardo, aprendizagens negativas sobre a homossexualidade, e para fugir das humilhações que seu colega sofria preferia esconder sua orientação homossexual. Dessa forma, percebemos que a formação das identidades de Marina foram afetadas pelos discursos proferidos contra a homossexualidade no contexto em que ela estava inserida, levando a jovem a ocultar sua sexualidade e tecer uma aprendizagem de que essa não devia ser visibilizada, embora pudesse ser praticada às escondidas, o que evidencia mais uma vez como o discurso é um dispositivo de poder que está entrelaçado com a retórica conservadora.

Voltando à entrevista realizada com Marina, após a narrativa onde ela expõe sua opção de ocultar sua orientação sexual, nós a perguntamos: *além do que o Bernardo passou por ter assumido sua orientação homossexual e de você mesma ter tido uma experiência desagradável com o seu colega que a chamou de esquisita, você vivenciou outras situações de discriminação na escola? A estudante respondeu:*

Olha, como eu tento esconder ao máximo que sou homossexual e nem todo mundo percebe que eu sou, aí eu não sofro muita discriminação não. A não ser de um professor que às vezes me pergunta se eu já arrumei um namorado homem? Que eu sou muito bonita e tenho que arrumar um namorado homem. Bem, eu acho que ele percebeu que sou homossexual e fica dando indiretas. O problema é que ele fala isso na frente de quem estiver comigo e fica rindo. Eu fico muito chateada. Na última vez que ele me perguntou isso eu respondi que sim, que arrumei um namorado, aí ele disse: eu sabia que um dia você ia ver como namorar é bom. Eu menti porque não quero que as pessoas me zoem e não quero que meus pais saibam.

A alocação da aluna em questão nos soa como indícios de que ao ocultar sua sexualidade ela estava tentando se proteger da discriminação, do preconceito e de passar por situações de sofrimento e humilhação como as vivenciadas pelo colega Bernardo. As práticas discriminatórias e preconceituosas desenvolvidas no interior da escola de Marina a impediram de assumir sua orientação homossexual.

É neste contexto que podemos imaginar a energia necessária para a experiência do *sair do armário*. O *sair do armário*, enquanto posicionamento que torna visível a não heterossexualidade demanda um grandioso esforço psicológico, mas não só, pois, além disso, precisará criar estratégias sociais de enfrentamento daquilo que Villaamil (2005) denominou como sendo o “paradoxo do armário”. O *sair do armário*, portanto, exige uma resignificação das características negativas assimiladas bem como o enfrentamento público e político ao desqualificar e tornar visível os fundamentos que justificam a subalternidade e a inferiorização. O que torna o *sair do armário* um processo, muitas vezes implicado por sofrimento aos sujeitos, já que, a partir desta visão, ele exigirá mudanças profundas e concretas na vida dos indivíduos, obrigando-os, na maioria das vezes, a buscar novos espaços de sociabilidade, de trabalho e de identificação (PRADO; MACHADO, 2008, p. 77).

Podemos inferir que “sair do armário” significa tornar visível uma orientação sexual que antes se encontrava invisibilizada. É assumir publicamente uma orientação homossexual, ou, melhor dizendo, é revelar uma identidade homossexual com todas as implicações que isso acarreta, é despontar os desejos, os sentimentos e as práticas. Por isso que a experiência de sair do armário é uma posição política que interfere na formação das identidades das pessoas com orientação homossexual.

Dessa forma, as experiências vividas na escola são importantíssimas no complexo processo de formação das identidades de todxs xs estudantes, assim como nas dxs alunxs com orientação homossexual, pois estxs têm o direito de

desenvolver suas identidades num contexto em que o preconceito e a discriminação, frutos de um discurso e de um pensamento conservador, não inflijam a essas estudantes situações de exclusões que interferiam de uma maneira cruel na formação de suas identidades. A história de Marina, narrada neste trabalho, dá sinal de que a escola ainda não sabe lidar com as diferenças presentes no seu interior. Em razão desse desconhecimento, práticas homofóbicas foram desenvolvidas contra essa estudante.

E, na continuidade de nossas observações, pudemos levantar mais pistas que indicaram não haver, no cotidiano dessa escola, a valorização da diversidade humana. Trazemos, neste momento, a título de ilustração, a fala do professor Jacinto em relação a aluna Marina, proferida no conselho de classe da instituição pesquisada, e que pode ser indicativa de um pensamento conservador que dá origem a preconceitos e práticas discriminatórias. *Essa aí é aquela aluna que gosta de meninas, deixa ela, tenho certeza que o dia que ela encontrar um garoto bom, que pegue ela de jeito, ela vai passar a gostar de homem.* Essa fala expressa uma discriminação machista e chauvinista, pois parece partir do princípio de que as mulheres que gostam de mulheres só sentem esse desejo por nunca terem tido contatos sexuais com homens bons, e a partir do momento que tiverem esse contato passarão a ter um desejo sexual *normal*. Como diz Borrillo (2010, p. 26):

Nas sociedades profundamente marcadas pela dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de “vigilância de gênero”, porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade. De acordo com Welzer-Lang (1994, p. 20; ver também KOPELMAN, 1994), [...] a homofobia no masculino é a estigmatização [...] por designação, por repulsa ou violência, das relações sensíveis – sexuais ou não – entre homens, particularmente, quando estes são apontados como homossexuais ou se afirmam como tais. A homofobia é, igualmente, a estigmatização ou a

negação das relações entre as mulheres que não correspondem a uma definição tradicional da feminilidade.

A narrativa do professor Jacinto evidencia, por meio do seu discurso conservador, que a homofobia tenta controlar os “deslizes” do comportamento feminino através de uma operação constante que busca demonstrar às mulheres que elas estão filiadas ao gênero feminino, e, portanto, devem se comportar como tal, desejando contatos sexuais com homens, não podendo fugir a essa lógica.

Essa fala aconteceu durante um conselho de classe, no qual, supostamente, se deveria avaliar o desenvolvimento pedagógico dxs alunxs. Todavia, os fragmentos trazidos nos mostram que o que estava sendo avaliado era mais a orientação sexual de Marina e não propriamente o seu processo ensino/aprendizagem. Acreditamos que essa orientação devia ser alvo de discussão por parte do conselho de classe se estivesse, de alguma maneira, interferindo no rendimento escolar, o que não parecia ser o caso. Todavia, ficamos com a seguinte questão: em que sentido evidenciar e julgar a orientação sexual da estudante pode vir a contribuir ou influenciar em seu desenvolvimento pessoal, identitário e pedagógico?

Após o conselho de classe, o professor Jacinto, sabendo que estávamos realizando uma pesquisa na escola sobre homofobia, veio nos perguntar qual a nossa explicação enquanto pesquisadores sobre a homossexualidade? Pois, como católico, sabia que a sua religião condenava a homossexualidade, uma vez que que a Bíblia a considerava pecado, e se nós concordávamos com ele que a mulher só poderia se tornar homossexual por não ter conhecido um homem de verdade.

As perguntas feitas pelo professor nos levaram a questionar a importância da Bíblia em sua atuação profissional, já que a mesma aparece como elemento orientador de algumas de suas práticas. Argumentamos que sua fé estava no âmbito da esfera privada, individual, e que essa não deveria estar presente no espaço público, pois se tratava de uma incoerência que fere o princípio da laicidade do estado.

Esse mote é indicador de que alguns profissionais produzem uma mestiçagem entre sua identidade social de professorx e a de religiosx. Muitos educadorxs parecem não conseguir separar as duas esferas de sua atuação, afinal elxs atuam como educadorxs em sintonia com as aprendizagens que obtiveram em sua religião por meio da Bíblia, e, muitas vezes, levam-nas para os processos de ensinar e aprender no interior da escola pública.

Dessa forma, a narrativa apresentada acima traz dois elementos clássicos do conservadorismo: 1) reafirma o padrão heteronormativo como regime de verdade, como o natural, ou seja, obrigando a invisibilização da orientação sexual da Marina. Tal dispositivo ataca diretamente o potencial de luta de grupos minoritários, levando-os de volta para “dentro do armário”, dessa forma escamoteando a desigualdade social e a luta de classes; 2) aplica de diferentes formas o dispositivo de verdade para a produção do medo. Em primeiro lugar, o medo da discriminação citado por Marina, em segundo, o medo na sociedade de se romper com a tradição judaica-cristã e o seu modelo de sexualidade e de organização de família.

Ambas as formas mencionadas no parágrafo anterior apresentam a principal arena de disputa do conservadorismo, o campo da cultura. Nesse sentido, a cultura é compreendida a partir de uma perspectiva de luta de classes, ou seja,

o pensamento conservador reproduz hierarquizações sociais e políticas que identificam as desigualdades como naturais.

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2012, p.277).

Assim, ao apresentar a história da aluna Marina, exemplificamos como funciona de forma proativa o conservadorismo político: fazendo uso dos preconceitos existentes na sociedade, construídos na tradição, impondo regimes de verdade que reproduzem a desigualdade social.

4 Breves considerações

Quando atentamos para o problema da discriminação da comunidade LGBTIS, tratamos, normalmente, da questão dos direitos humanos. Ou seja, ainda estamos presos a tese iluminista que entende que o reconhecimento e o respeito às diferenças fazem parte de um desenvolvimento civilizatório da espécie humana. Todavia, o que apontamos aqui está para além desta discussão.

Não estamos atentando neste trabalho somente para o problema do desrespeito e da discriminação, mas para o efeito pedagógico da cultura homolesbofóbica. Quando se afirma e se luta contra o preconceito, dá-se visibilidade a um problema, e isso acaba, indiretamente e contraditoriamente, dando munição para o discurso conservador, uma vez que esse faz uso dessa visibilidade para

estimular o medo na sociedade. Isso facilita a produção e a difusão do discursivo repressivo com mais chances de adesão, potencializando, assim, por meio do medo, uma prática de silenciamento dos grupos sociais. O exemplo da aluna Marina é bem claro. Ela prefere silenciar a sua orientação sexual a ter que sofrer com as agressões lesbofóbicas.

Com efeito, o que pedagogicamente está sendo reproduzido? Que a sociedade não admite a homossexualidade? Então, se você for gay ou lésbica que seja de forma escondida. Não queremos dizer com isso que a luta pelos direitos dxs homossexuais é ineficaz e inválida, o que estamos dizendo é que não basta uma luta por leis que garantam direitos a minorias, precisamos lutar no campo da cultura para se criar mecanismos de interação entre as diferenças. Nesse sentido, a escola é um importante *lócus* de batalha. Por isso, temos assistidos movimentos conservadores atacarem a escola com projetos que impedem a reflexão e o diálogo, que atacam as propostas que respeitam a discussão de gênero. O conservadorismo funciona a partir da adesão de corações e mentes, e é na escola que tal adesão se efetiva. Dessa forma, o medo e a polarização de opiniões são os principais aliados do conservadorismo, pois xs conservadorxs sabem que não se pode negar a força da tradição. Vale ressaltar, que o passado e a tradição não são problemas. A questão é o uso deturpado do passado e da tradição. Por isso, a luta de classes se dá no campo da cultura, pois o passado e a tradição também estão em disputas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

BRASIL. Lei 10.639/2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

COSTA, Nathalya Reimolda. A Construção do Gênero na Educação Infantil: um estudo teórico. Monografia (Graduação em Psicologia) – Graduação em Psicologia, Faculdades Integradas Maria Thereza, 2016.

FERRARI, Anderson. Você já deve saber sobre minha “orientação sexual” (se não sabia, ficou sabendo agora, hehe) – subjetividades e sujeitos em negociação. In: FERRARI, Anderson. *Sujeitos, subjetividades e Educação*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Ditos e escritos: estratégia – poder e saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2006. vol. 4.

HIRSCHMAN, Alberto. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade: o normal, o diferente e o excêntrico. In: _____; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. Texto Original: MANNHEIM, Karl. *Essays on Sociology and Social Psychology* (cap. II: “Conservative Thought”). Routledge and Kegan Paul Ltd.: Londres, 1959, pp. 74-119. Tradução de Sylvia Lyra.

movimento

revista de educação

faculdade de educação - programa de pós-graduação em educação

universidade federal fluminense

issn 2359-3296

ano 3 número 5 - 2016

MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra a homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.